

POLÍTICA

O relator da Comissão de Sistematização foi categórico: "Quem vai redigir a Constituição sou eu". Os outros vão fazer pesquisa.

Constituinte: Cabral acaba com a briga.

CURTAS

Alegando não desejar ser um "auxiliar de segunda classe" do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), o deputado Del Bosco Amaral (SP) renunciou ontem à função de vice-líder do partido. Covas, segundo Del Bosco, "está cercado por um pequeno grupo de esquerdistas" e só prestigia os vice-líderes de "primeira classe", "que fazem o que ele quer". Atacou também Ulysses Guimarães, afirmando que "a Constituinte não pode ser um cabide eleitoral, onde o Ulysses faz sua campanha para a Presidência da República, e Covas também". Ao ser informado, Covas mostrou não estar nem um pouco preocupado.

O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), que presidiu a Comissão de Tributos, Orçamento e Finanças, manifestou ontem a esperança de que a Comissão de Sistematização, e, depois, o plenário da Constituinte, venham a manter as linhas gerais das propostas apresentadas pela Comissão. Em suas palavras, elas significam considerável avanço para o País, obtidas pela concórdia e o consenso entre os partidos, favorecendo os Estados, os municípios, as atividades econômicas, o contribuinte, os exportadores e a própria máquina estatal.

A reunião do Conselho Político do governo, prevista inicialmente para ontem, foi adiada mais uma vez depois de ter sido transferida para hoje. A nova data anunciada pelo Planalto é terça-feira próxima.

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em reunião extraordinária, projeto de lei do Executivo transferindo a administração do território federal de Fernando de Noronha da área militar para a civil (Ministério do Interior). O governador deverá ser o ex-porta-voz do Planalto, Fernando Mesquita.

PRESSÃO

Vereadores fazem exigências. E Ulysses faz comício.

Ao encerrar ontem no auditório Petrônio Portella, no Senado, a "Marcha a Brasília por uma Constituinte Progressista", realizada pela União de Vereadores do Brasil (UVB), o multipresidente Ulysses Guimarães pregou a reforma agrária e maiores direitos para o trabalhador e o serviço público. "É preciso honrar a palavra reforma, que significa mudar, mudar para melhor, para frente, para resolver de vez o problema social", disse.

Ulysses Guimarães foi recebido com muita frieza pelos quase mil vereadores. Quando o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, discursou apontando-o como "símbolo da resistência democrática", chegou a haver em ensaio de vaia, que não prosperou. Talvez por isso, o multipresidente, ao falar aos vereadores, assumiu um tom de palanque e optou por posições inflamadas.

"Estou certo de que no final dos trabalhos constituintes vamos atuar juntos e elaborar uma Constituição progressista, moderna, contemporânea, andarilha. A Constituinte deve ficar sob o lema da nossa bandeira. Não existe ordem sem progresso, e não pode haver ordem com miséria e injustiça social. Constituir é preciso, principalmente constituir uma vida decente e digna para todos os brasileiros", afirmou.

Talvez entusiasmado pelo tom



Quase vaiado, Ulysses falou em tom de palanque.

usado por Ulysses, Bernardo Cabral afirmou aos vereadores que "o homem, que manda nesta Constituinte, vai fazer com que o retrocesso da reforma agrária acompanhe os avanços da ordem social".

O relator da Comissão de Sistematização respondia a uma crítica genérica feita pelos vereadores, segundo a qual as comissões temáticas da Assembléia haviam consagrado "muito reacionarismo" no trabalho constitucional. E Cabral contestou, lembrando as propostas aprovadas na Comissão da Ordem Social, e acabou prometendo compatibilizá-las com a reforma agrária.

O relator fez um alerta contra o lobby ao salientar para os vereadores que "não há possibilidades de grupos econômicos entrarem aqui" com a finalidade de impor vontades. Ao final, bastante aplaudido, o relator assinalou que a futura Constituição ensejará uma espécie de vontade dos pobres e atenderá à maioria da Nação, cujas carências são por demais conhecidas.

Os vereadores realizaram o encontro e deixaram para a Constituinte a Carta de Brasília, na qual criticam a influência "dos setores conservadores" e reivindicam posições "mais democráticas". Agora, vão manter um rodízio com cem vereadores na capital para que acompanhem a Assembléia.

Na Carta de Brasília os vereadores

pedem ainda imunidade parlamentar em todo o País, reforma tributária e repudiam a idéia de prorrogação dos seus mandatos.

Já o prefeito de Nova Iguaçu, Paulo Leone, quer que o Supremo Tribunal Federal lhe garanta seis anos de mandato, conforme prevê a atual Constituição. No mandado de segurança preventivo, impetrado ontem junto ao Supremo Tribunal Federal, Leone demonstra preocupação quanto aos rumos tomados pela Constituinte, que fixa em cinco anos o mandato do presidente José Sarney. O mandado, assinado pelo advogado Marcelo Lima Buhaten, foi distribuído ao ministro Oscar Corrêa.

Sindicatos

Obter, por escrito, a opinião de cada parlamentar, em cada região eleitoral, sobre todos os itens da nova Constituição referentes aos trabalhadores. Essa é a estratégia que está sendo montada pela CUT, pela CGT e por partidos como o PT e o PCB, para pressionar os constituintes a votarem favoravelmente, em plenário, em todo o capítulo dos trabalhadores. Para o deputado Augusto de Carvalho (PCB-DF), o "corpo a corpo" é a única tática que funcionará daqui para a frente para manter os artigos aprovados em algumas comissões temáticas e tentar reverter suas derrotas em outras, como o da reforma agrária.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), pôs fim, ontem à tarde, com seu retorno a Brasília, à briga entre os quatro relatores-adjuntos, todos do PNDB, e os oito relatores-auxiliares, de vários partidos, que disputavam o direito de elaborar o esboço da futura Constituição através da compatibilização dos pareceres aprovados pelas comissões constitucionais temáticas. "Quem vai redigir a Constituição sou eu, os outros vão fazer pesquisas, mas a decisão final é minha", assegurou, e repetiu, Bernardo Cabral.

Ele informou que terão acesso aos dados relativos aos sete pareceres programados pelo Prodasen (Centro de Processamento de Dados do Senado) apenas os quatro relatores-adjuntos (os senadores Fernando Henrique Cardoso, José Inácio Ferreira, Wilson Martins e o deputado Néelson Jobim) e um representante dos relatores-auxiliares, o deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ), "para evitar problemas".

Bernardo Cabral ficou irritado ao saber que seria preparado, pelo PMDB um relatório paralelo ao seu para ser apresentado ao presidente do partido, da Constituinte e da Câmara, Ulysses Guimarães. Em uma reunião no final da tarde (da qual participaram os quatro relatores-adjuntos), Bernardo Cabral afirmou que não iria aceitar isso. "Ninguém vai me impor nada", disse ele a Ulysses, e repetiu depois para os repórteres.

Segundo Bernardo Cabral, apenas a decisão política será dividida entre ele, Ulysses Guimarães e os líderes peemedebistas Mário Covas (na Constituinte), Fernando Henrique Cardoso (no Senado), Luís Henrique (na Câmara) e o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna.

Conforme informações de Bernardo Cabral e Adolfo de Oliveira, o trabalho de compatibilização dos sete textos aprovados nas comissões deverá estar concluído até domingo, ou, no máximo, segunda-feira. A esse relatório, Bernardo Cabral adicionará seu parecer pes-



Cabral: "Ninguém vai me impor nada".

soal sobre a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação (o texto do relator Arthur da Távola não foi aprovado pela comissão).

Adolfo de Oliveira previu que a nova Constituição terá aproximadamente 300 artigos e um texto independente, tratando exclusivamente das disposições transitórias, como em 46. Segundo o deputado, o trabalho técnico dos relatores-auxiliares tem consistido no levantamento detalhado dos pontos conflitantes e repetidos nos sete relatórios, organizando as diversas alternativas de opção e colocando em ordem os artigos da futura Carta Magna. Dos 526 artigos dos sete relatórios, cerca de 120 são disposições transitórias, e muitos itens são semelhantes (quando não idênticos) ou totalmente diferenciados entre si.

Nesta fase semifinal dos trabalhos constituintes, encerradas as atividades nas subcomissões e comissões temáticas, a Assembléia Nacional Constituinte atravessa um período de esvaziamento. O trabalho plenário, para examinar o relatório do deputado Bernardo Cabral, só deverá ser iniciado, na prática, na semana que vem, com maior intensidade após o recebimento de emendas ao projeto do relator da Sistematização. Enquanto isso, a Constituinte realiza sessões fracas, já que a maioria dos parlamentares (quase 500) ficou inativa e boa parte preferiu retornar a seus estados.